

Bancários pararam em todo o Brasil por valorização e respeito!

Bancários e bancárias de todo o Brasil cruzaram os braços, no dia 20 de agosto, para cobrar dos banqueiros a apresentação de uma proposta decente, com aumento real, valorização da PLR e dos vales alimentação e refeição.

A paralisação foi aprovada pelos bancários, de forma quase unânime, em assembleias no dia 17 de agosto, quando a categoria também rejeitou a proposta da Fenaban de um novo modelo de reajuste por faixas salariais, que valeria também para VA e VR, e o congelamento do piso de ingresso (*leia mais na pág.2*).

Em São Paulo, a paralisação ocorreu em agências e departamentos, envolvendo milhares de trabalhadores, com ampla repercussão na imprensa. Bancários em home office também aderiram ao movimento.

Entre outros pontos, os bancários reivindicam 5% de aumento real para salários e demais verbas; aumento no piso salarial; aumento maior para VA e VR; e valorização da PLR.

“Quero agradecer e parabenizar cada trabalhador que parou dia 20. Nossa paralisação teve uma ótima adesão, nos bancos públicos e priva-

dos. Demos uma forte resposta a enrolação dos banqueiros. Os bancários estão mobilizados e sabem que são eles, ao lado do Sindicato, que fazem a Campanha Nacional. Queremos proposta decente já”, conclui a presidenta do Sindicato.

Com a proximidade da data-base da categoria (1º de setembro), a Campanha dos Bancários 2026 entra na sua fase mais decisiva. Os bancários devem ficar atentos ao site e redes sociais do Sindicato para informações confiáveis das negociações, novas ações de mobilização e próximos passos.



Agência do Bradesco parada na Avenida Paulista (Foto: Seeb-SP)



70% das unidades da Caixa pararam (Foto: Seeb-SP)



Paralisação na Verbo Divino, concentração bancária do BB (Foto: Seeb-SP)



Centro Tecnológico, do Itaú, paralisado (Foto: Seeb-SP)



Agência do Santander, na zona leste, também parou (Foto: Seeb-SP)

Bancários dizem NÃO à proposta da Fenaban

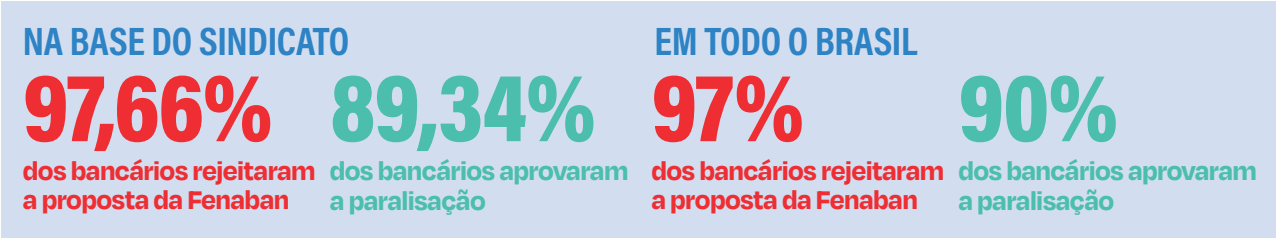
Em assembleias por todo país, em 17 de agosto, bancários e bancárias rejeitaram a proposta dos banqueiros de novo modelo de reajuste por faixas salariais, que também seria válido para VA e VR, e o congelamento do piso de ingresso.

A proposta foi apresentada pelos banqueiros em negociação no dia 13 de agosto. No mesmo dia, foram convocadas as assembleias para deliberar sobre a proposta e paralisação no dia 20 (*veja como foi na capa*).

“A participação dos bancários nas assembleias, que reuniram mais de 50 mil trabalhadores, foi fundamental para os banqueiros recuarem, em 18 de agosto, da proposta (*leia abaixo*). A categoria não aceita que enfraqueçam nossa unidade, que ataquem a mesa única. Os bancários estão mobilizados, com muita disposição para a luta, por aumento real, valorização da PLR e do VA e VR, sem diferenciação entre os trabalhadores”, diz Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários.



Plenária híbrida do Sindicato, que ocorreu antes da votação, reuniu mais de 1,5 mil bancários (Fotos: Seeb-SP)



Bancários reagem e banqueiros recuam!

Na oitava negociação da Campanha Nacional, em 18 de agosto, a Fenaban (federação dos bancos) recuou da proposta de reajustes por faixas salariais, modelo que seria válido também para VR e VA, e congelamento do piso de ingresso.

O recuo ocorreu após pausa na negociação, depois de o Comando Nacional dos Bancários trazer para a mesa o resultado de assembleias em todo o Brasil, nas quais mais de 50 mil trabalhadores rejeitaram de forma quase unânime a proposta da Fenaban (*leia acima*).

“Este recuo foi uma vitória da mobilização, da participação da categoria nas assembleias. Foi a mobilização de cada bancário que fez com que os banqueiros recuassem. É a mobilização de cada bancário que vai fazer com que saíamos da Campanha Nacional vitoriosos”, avalia Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários.

Entretanto, apesar do recuo, os banqueiros mais uma vez não apresentaram proposta com índice de reajuste para salários e demais verbas.

A estratégia dos bancos, de postergar a apresentação de uma proposta concreta para uma data cada vez mais próxima da data-base da ca-

tegoria (1º de setembro), está relacionada com o fim da ultratividade (garantia da validade de um acordo coletivo de trabalho, além da sua vigência, até a assinatura da sua renovação), aprovado na Reforma Trabalhista, no governo Temer, com amplo apoio de parlamentares da direita.

O Comando voltou a cobrar da Fenaban a garantia da ultratividade, o que foi negado pelos banqueiros, que novamente ameaçaram levar a

negociação para o Tribunal Superior do Trabalho.

As negociações com os banqueiros terão continuidade no dia 24 de agosto.

“Exigimos uma proposta decente, com aumento real, valorização da PLR e do VA e VR. Não sairemos desta campanha sem a justa valorização dos bancários, que construíram o lucro de R\$ 171 bilhões dos bancos em 2025”, conclui Neiva Ribeiro.



Oitava negociação entre Comando Nacional dos Bancários e Fenaban (Foto: Seeb-SP)



Sétima negociação específica com a Caixa na Campanha Nacional dos Bancários 2026 (Foto: Seeb-SP)

Empregados voltam a cobrar do banco uma solução para a sustentabilidade do Saúde Caixa

A Caixa frustrou a expectativa dos empregados ao encerrar a sétima rodada de negociações específicas da Campanha dos Bancários 2026, em 19 de agosto, sem apresentar nova proposta para o Saúde Caixa. O plano de saúde era o tema mais aguardado, depois da representação dos empregados rejeitar propostas apresentadas nas duas rodadas anteriores.

"Existe uma expectativa enorme dos empregados por uma proposta melhor, que mantenha o Saúde Caixa viável e sustentável e, ao mesmo tempo, permita que as pessoas permaneçam no plano. As duas últimas propostas transferiam o aumento dos custos para os empregados", afirma a dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e coordenadora da CEE/Caixa, Luiza Hansen.

De acordo com o Relatório de Administração do Saúde Caixa 2025, as despesas do plano no ano passado alcançaram R\$ 4,39 bilhões, alta de mais de 22%; as receitas foram de R\$ 3,76 bilhões, crescimento de apenas 5%.

Já o déficit operacional ficou em R\$ 627,8 milhões. O déficit foi coberto, principalmente,

por R\$ 581,1 milhões referentes a contribuições patronais sobre ações judiciais e acordos trabalhistas. A reserva técnica também foi utilizada e encerrou 2025 com apenas R\$ 67,1 milhões.

As internações são o maior gasto do plano (R\$ 1,78 bilhão). Hoje, quase 30% dos beneficiários do Saúde Caixa possui 60 anos ou mais, o que eleva os custos assistenciais. O custo médio por beneficiário aumentou 23,5% no ano passado.

A representação dos empregados segue cobrando da Caixa uma solução estrutural para o Saúde Caixa, que aumente a participação do banco no financiamento do plano e não simplesmente transfira para trabalhadores, aposentados e pensionistas os sucessivos aumentos das despesas assistenciais.

Avanços para empregados PCDs

A Caixa apresentou propostas relacionadas às pessoas com deficiência (PCDs), entre elas a ampliação das possibilidades de ausências justificadas para cuidados com a saúde. O banco também propôs reforçar em

acordo coletivo que o monitoramento de metas e as cobranças não sejam realizados fora da jornada. A representação dos empregados considera positivas as iniciativas, mas cobra aperfeiçoamentos.

Os empregados avaliam que, apesar de ser um avanço, a proposta para os PCDs ainda não contempla pontos importantes como a disponibilização do teletrabalho para este público em todas as áreas e unidades, além de avanços na redução da jornada.

Chega de enrolação

Por fim, a representação dos empregados voltou a cobrar respostas para todas as reivindicações específicas. Entre elas, as relacionadas à PFG, PCS e PSI, fim do atendimento simultâneo presencial e digital, remuneração variável, Super Caixa, PLR Social, contratações, condições de trabalho e valorização da negociação permanente.

A próxima negociação com a Caixa está prevista para o dia 25 de agosto. Leia mais no www.spbancarios.com.br.

BB propõe clausular ações por igualdade e combate à violência doméstica, mas não responde principais reivindicações



Sétima negociação específica com o Banco do Brasil na Campanha Nacional dos Bancários 2026 (Foto: Seeb-SP)

Em mais uma rodada de negociações de negociações específicas com o Banco do Brasil, no âmbito da Campanha dos Bancários 2026, em 19 de agosto, a gestão do banco público não apresentou respostas às principais reivindicações dos seus funcionários.

“Reforçamos a cobrança da nossa minuta de reivindicações, que as negociações precisam avançar no BB e também pela valorização de toda a categoria bancária”, destacou a coordenadora da CEBB (Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil), Fernanda Lopes.

O que a gestão do BB apresentou na mesa de negociação de 19 de agosto foi a garantia de incluir no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos trabalhadores do banco público as políticas de ações afirmativas, para que mulheres, pessoas com deficiência (PCD) e não brancos sejam priorizados nos processos seletivos internos.

Os representantes do BB também disseram que irão incluir no ACT uma cláusula de estabilidade na função comissionada por seis meses, após o retorno ao trabalho, para funcionárias vítimas de violência doméstica. A Lei Maria da Penha garante a manutenção do vínculo em-

pregatício em casos de afastamentos por até seis meses. Com esta cláusula, a bancária vítima de violência teria ainda a garantia da manutenção de sua função comissionada.

Por fim, a direção do banco propôs cláusula para garantir a redução de jornada para mulheres em lactação induzida, ou seja, funcionárias que tenham feito tratamento para amamentar filhos não gestados ou adotados. Direito que seria estendido para casais homoafetivos em que as duas mães sejam funcionárias do BB.

“Todas essas propostas são muito importantes. Mas registramos que precisamos avançar em muitos outros pontos da minuta de reivindicações. Pontos que refletem diretamente na melhoria das condições de trabalho e no reconhecimento que o Banco do Brasil precisa dar a todas as suas funcionárias e funcionários”, destacou Fernanda Lopes.

A data da próxima rodada da negociação específica entre o BB e a representação dos trabalhadores do banco não tem data confirmada, mas a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil seguirá em plano permanente.

NEGOCIAÇÕES ANTERIORES

17/7 | Inclusão e igualdade: trabalhadores cobraram avanços nas políticas de diversidade, apoio a PCDs, neurodivergentes, cuidadores e empregados endividados. O BB informou que avaliará as reivindicações.

23/7 | Saúde: denúncias de metas abusivas, assédio, adoecimento, cobrança por concurso público e solução para a Cassi. O banco ouviu as demandas, mas não apresentou respostas concretas.

31/7 | Carreira: reivindicadas valorização profissional, melhorias nas funções e reversão de distorções. O BB ficou de analisar as propostas.

5/8 | Banco reconhece declara que, para alcançar “solução definitiva e estruturante” para a Cassi, precisará de mais tempo; diz que estão em fase de estudos sobre a inclusão dos egressos na Cassi e Previ; e se compromete a apresentar o Programa Revisa; mas não apresentar respostas às reivindicações dos trabalhadores

14/8 | BB não traz para a mesa proposta nem devolutivas, e apresenta brevemente o Revisa Metas, programa que pretende melhorar o sistema de metas, com possibilidade de ajustes nas metas distribuídas às unidades por meio de fluxo mais rápido e maior transparência. A proposta, porém, não representa uma resposta às reivindicações.

